



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

A C Ó R D ã O
3ª Turma
GMAAB/val/ct/dao

RECURSO DE REVISTA. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. O reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba a ser mantida estava com a identificação errada (inversão de identificação do equipamento). A lesão do acidente foi agravada pela falta de fornecimento de equipamento de proteção adequado. A identificação das bombas não era atribuição do autor e à época em que foram instaladas a reclamada deveria ter feito uma checagem dos equipamentos para constatar se a identificação estava correta. Demonstrado que o empregado seguiu os procedimentos indicados pela empresa, os quais não foram suficientes para evitar o acidente, e a culpa do empregador, a condenação ao pagamento de indenização por danos morais não viola os artigos 7º, XXVIII, da Constituição Federal, 186, 187, 333 e 927, do Código Civil. **Recurso de revista não conhecido.**

PRETENSÃO RECURSAL DE RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. Não se faz necessária a prova objetiva do sofrimento ou do abalo psicológico para a configuração do dano moral, sendo presumível tendo em vista a ocorrência do acidente de trabalho por culpa do empregador. Logo, não ofende o artigo 5º, X, da Constituição Federal a decisão que reconhece dano moral em face de acidente por negligência da empresa que causa lesões, tais como a perda de sensibilidade e de dorsiflexão de pé, agravadas pelo não fornecimento de EPI adequado. **Recurso de revista não conhecido.**



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

DANO MORAL. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. O reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba (de injeção responsável pela limpeza de tanques) em que foi realizar manutenção estava com a identificação errada e despejou no autor solução ácida contendo soda cáustica. As lesões foram agravadas pelo não fornecimento de equipamento de proteção adequado. Em razão do acidente o empregado adquiriu sequelas (tais como linfedema de membro inferior direito duro com alterações tróficas; sinais de dermatite acre com presença de úlcera venosa em maléolo não cicatrizada; lesão neurológica severa em membro inferior; e perda de sensibilidade e da dorsiflexão de pé). Do acidente resultou ainda a incapacidade total e definitiva do autor para a função originalmente contratada e temporariamente total para qualquer atividade laborativa, devendo se submeter a tratamentos (médico, hospitalar, fisioterápico e medicamentoso) continuados pelo resto da vida para a estabilização da doença, de modo a evitar complicações que o exponham a risco de morte. A situação impõe incerteza quanto aos tratamentos necessários, que podem variar a cada momento. As circunstâncias do caso evidenciam a natureza grave da lesão e da dor que acometem o autor e revelam os sentimentos de angústia e tristeza a que estará submetido em razão do prejuízo permanente à sua integridade corporal, causando-lhe sofrimento físico e psicológico pelo resto da vida. Nesse contexto, a indenização por danos morais fixada no valor de R\$311.000,00 (trezentos e onze mil reais) pauta-se em parâmetros compatíveis com a intensidade do sofrimento, o grau de

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1001202BD5AAED82C.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

culpa do ofensor e não gera o enriquecimento indevido da vítima. Ao contrário, serve para confortar, minimizar e amenizar os efeitos da dor íntima do ofendido, apresentando-se justo, razoável e proporcional à extensão das lesões sofridas, à extrema gravidade e ao caráter irreversível dos danos causados ao empregado. **Recurso de revista não conhecido.**

PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. É incontroverso que o autor sofreu acidente de trabalho no dia 5/5/2003. O empregado ficou incapacitado total e definitivamente para a função para a qual foi contratado na empresa, responsabilizada pelo acidente. Logo, o pagamento de pensão mensal vitalícia não viola o artigo 949 do Código Civil, dispositivo que obriga o ofensor a indenizar os lucros cessantes até o fim da convalescença, além de outros prejuízos, no caso, a pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou o autor, nos termos do artigo 950 do mesmo diploma legal. **Recurso de revista não conhecido.**

PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. PRETENSÃO DE LIMITAÇÃO ETÁRIA E DE FIXAÇÃO DO VALOR EM PROPORCIONALIDADE À REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. Não há falar em enriquecimento ilícito do empregado com a condenação ao pagamento de pensão mensal vitalícia ou em desproporcionalidade do seu valor, tendo em vista que do acidente resultou na incapacidade total e definitiva do autor para aquela função originalmente contratada e temporariamente total para qualquer atividade laborativa, sendo a pensão determinada nos termos do artigo 950 do Código Civil e fixada em correspondência à importância do trabalho para o qual o autor se



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

inabilitou e ou da depreciação que ele sofreu. Note-se que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que, em hipóteses como a do presente caso, a pensão deve ser vitalícia. **Recurso de revista não conhecido.**

PENSÃO MENSAL. ALTERAÇÃO DO CARGO DO AUTOR. O autor sofreu acidente de trabalho no dia 5/5/2003 e exerceu a função de Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005. O e. TRT manteve a sentença que condenou a empresa a pagar pensão vitalícia desde a data do acidente, considerando o salário daquela função até o ano de 2005, e, a partir daí, o salário de Supervisor de Utilidades, porque houve alteração do PCS e o autor seria enquadrado nesse novo cargo. Não há falar em violação do artigo 950 do Código Civil, visto que a condenação observa a transformação, a partir do ano de 2005, do cargo exercido pelo autor em outro, presumindo o e. TRT que o empregado seria reenquadrado na nova função. **Recurso de revista não conhecido.**

DESPESAS MÉDICAS. NECESSIDADE DE CUSTEIO PRÉVIO. DETERMINAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE VALOR MENSAL PELA EMPRESA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS. O Tribunal Regional manteve a sentença que condenou a empresa a antecipar o valor mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para custear as despesas com o tratamento do autor. Entretanto, a Corte a *quo* determinou que, após apurada uma média trimestral inicial, esta média seria o valor a ser antecipado, independentemente da comprovação de despesas. O tratamento médico do autor deve ser continuado pelo resto da vida para a estabilização da doença, de modo a evitar complicações que o exponham a



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

risco de morte. O reclamante demonstrou também não possuir meios próprios de manter tal tratamento sem o custeio prévio das respectivas despesas, que envolvem o tratamento médico, hospitalar, fisioterápico e medicamentoso. É certo que a situação do empregado no caso concreto exige a cautela da antecipação das despesas médicas, ante o risco de morte pela ausência do tratamento. Contudo, tal direito não pode usurpar o da reclamada de ressarcir tais despesas no valor exato de sua efetiva equivalência com os gastos realizados pelo autor, tanto em atenção à recomposição da situação material do empregado, como também da correspondente obrigação patrimonial da reclamada. Logo, observado que no caso concreto há risco de morte pela falta de tratamento; incerteza quanto aos tratamentos necessários, que podem variar a cada momento e prejuízo à vida e à saúde pela demora no atendimento desse tratamento que a eventual falta de recursos financeiros possa causar ao autor; e sem prejuízo da tutela que já foi antecipada, deve a condenação ser mantida quanto à antecipação pela empresa do valor mensal para o tratamento do autor, devendo este comprovar os gastos efetivamente realizados, observados os critérios definidos nesta decisão. **Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial e provido.**

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL E DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

sindicato (nova redação da Súmula nº 219, item I, do TST, que incorporou a Orientação Jurisprudencial nº 305 da SBDI-1). Logo, não existindo a assistência sindical ao autor, indevido o pagamento de honorários advocatícios. **Recurso de revista conhecido por contrariedade à Súmula 219, I, do TST e provido.**

CONCLUSÃO: Recurso de revista parcialmente conhecido e provido para: I) manter a condenação da empresa a antecipar o valor mensal de R\$3.500,00 para o tratamento do autor, devendo este comprovar os gastos efetivamente realizados, observados os critérios definidos nesta decisão; e II) excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161**, em que é Recorrente **ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA** e Recorrido

O e. Tribunal Regional deu parcial provimento aos recursos ordinários das partes. Manteve a sentença quanto à condenação ao pagamento de indenização por danos morais, à pensão mensal e à antecipação de valor mensal e acrescentou o pagamento de honorários advocatícios.

Inconformada a empresa interpôs recurso de revista insurgindo-se quanto a estas parcelas.

O recurso de revista foi admitido por contrariedade à Súmula 219 do TST.

Foram apresentadas contrarrazões.

Sem remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.

É o relatório.

V O T O



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, referentes à tempestividade, à regularidade de representação processual e ao preparo, pelo que passo ao exame dos demais específicos do recurso de revista.

1 - CONHECIMENTO

1.1 - ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

O Tribunal Regional assim decidiu:

2.2.1. RESPONSABILIDADE CIVIL

Pretende a_ recorrente afastar sua responsabilidade civil pelo acidente do trabalho sofrido pelo autor, por entender caracterizada a culpa exclusiva do obreiro.

invoca o depoimento da testemunha trazida pelo recorrido, Sr. Eliel Nascimento Meneli para demonstrar que o autor foi treinado a fazer o bloqueio da bomba antes de realizar a manutenção do equipamento.

Diz que esse teste não foi feito pelo autor ou ocorreu de forma equivocada.

Por cautela, admite a culpa concorrente.

Não lhe assiste razão.

O laudo pericial das fls. 550-560, complementado às fls. 839-841, é contundente ao afirmar que o reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba a ser mantida estava com a identificação errada (vide fl. 554 -foto 2).

O perito disse que "a causa do acidente foi uma condição insegura. Existia uma inversão de TAG (identificação do equipamento), quando pensavam que estariam desligando uma bomba, desligaram outra bomba. A lesão do acidente foi agravada pela falta de equipamento de proteção adequado. (vide resposta ao quesito ar"- fl. 559).

A testemunha trazida pelo autor, Sr. Eliel Nascimento Meneli (fl. 1150), asseverou "que na realidade o acidente com o reclamante ocorreu



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

porque não foi verificado na ocasião que o endereçamento do fluxo do líquido estava invertido; que cabia a empresa que fez o comissionamento, ou seja, a montagem da linha de produtos químicos ter feito essa verificação prévia com testes no equipamento; que o reclamante se acidentou na primeira vez que o equipamento entrou em manutenção após o comissionamento; que a empresa que fez a montagem foi a APV; que foi o depoente quem, antes do acidente que vitimou o reclamante, fez o bloqueio físico do equipamento no painel, ou seja, colocou a trava de segurança e retirou os fusíveis da bomba, que até então os empregados não tinham a cultura de verificar se realmente o equipamento, com essas operações, estão de fato bloqueado; que em que pese a falta de cultura com relação a esse procedimento à época, todos os empregados do setor de manutenção foram treinados e orientados a fazer a checagem do bloqueio a fim de verificar o endereçamento do fluxo antes da manutenção do equipamento;

Não há dúvidas de que o autor estava obrigado a seguir certos procedimentos antes de realizar a manutenção das bombas, tais como o bloqueio do equipamento.

Entretanto, no presente caso ficou evidenciado que essa operação não foi suficiente para evitar o acidente do trabalho porque a identificação das bombas, no momento da sua instalação por uma empresa terceirizada, foi feita de forma equivocada.

Com efeito, na época da instalação das bombas a reclamada deveria ter feito uma checagem dos equipamentos para constatar se a identificação das mesmas estava correta.

Ademais, se no local do acidente existem 3 bombas montadas em paralelo e apenas uma delas encontra-se com defeito, o bloqueio é dirigido apenas à bomba defeituosa, de modo a não atrapalhar o funcionamento das demais enquanto ocorre o serviço de manutenção corretiva.

Todavia, **como a identificação dessas bombas não era atribuição do autor e encontrava-se invertida na data do infortúnio, não lhe pode ser atribuída qualquer culpa, seja exclusiva ou concorrente, por não ter fechado a bomba com vazamento, mas outra que acreditava ser a defeituosa.**

A referida testemunha disse "... que cabia a empresa que fez o comissionamento, ou seja, a montagem da linha de produtos químicos ter



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

feito essa verificação prévia com testes no equipamento; que o reclamante se acidentou na primeira vez que o equipamento entrou em manutenção após o comissionamento.

O perito do juízo concluiu que os equipamento de proteção individual fornecidos eram insuficientes (fl. 560) e ao responder o quesito complementar n.º 7 (fl. 841) asseverou que no dia do acidente o autor não usava um macacão impermeável que, no seu entender, seria capaz de evitar a penetração da soda cáustica nas áreas superiores à bota, impedindo a queimadura.

Portanto, o acidente do trabalho poderia ter sido evitado pela reclamada se houvesse checado a identificação das bombas após a respectiva instalação, bem como se tivesse fornecido macacão impermeável.

Em razão da negligência da ré o autor adquiriu, segundo o laudo médico das fls. 868-8:72, as seguintes sequelas: "linfedema de membro inferior direito duro com alterações tróficas (coroa flebectásica e atrofia branca), sinais de dermatite acre com presença de úlcera venosa em maléolo não cicatrizada, perda de sensibilidade em pé, perda da dorsiflexão de pé". O perito ainda ressaltou que esse linfedema está associado a insuficiência venosa crônica e lesão neurológica severa em membro inferior (vide respostas aos quesitos 2 e 4- fl. 870).

Tratando-se de acidente típico de trabalho e caracterizada a culpa da reclamada, mantenho incólume a r. sentença fustigada, que declarou a responsabilidade civil da empresa.

Destarte, nego provimento. (Grifamos e destacamos)

Às fls. 2097/2101, a reclamada alega, em síntese, a culpa exclusiva do empregado no acidente de trabalho.

Afirma que o autor possuía treinamento e experiência no manuseio da bomba.

Aponta violação dos artigos 7º, XXVIII, da Constituição Federal e 186, 187 e 927, do Código Civil e divergência jurisprudencial.

Ao exame.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

O recurso de revista é inexecutável por violação do artigo 333 do Código Civil, seja porque há a mera indicação do dispositivo, desacompanhada dos fundamentos de fato e de direito que justifiquem a ofensa apontada, seja porque trata de cobrança de dívida antes de vencido o prazo, matéria sem pertinência com o tema relativo à responsabilidade do empregador.

O acórdão regional registra que o reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba a ser mantida estava com a identificação errada (inversão de identificação do equipamento). Quando pensavam que estariam desligando uma bomba, desligaram outra, sendo que a lesão do acidente foi agravada pela falta de equipamento de proteção adequado.

A Corte *a quo* entendeu que a identificação das bombas não era atribuição do autor e, à época da instalação das bombas, a reclamada deveria ter feito uma checagem dos equipamentos para constatar se a identificação estava correta.

Assinalou que, além disso, os procedimentos adotados pelo empregado não foram suficientes para evitar o acidente, tanto porque ficou evidenciado que a identificação das bombas foi feita de forma equivocada, como também porque os equipamentos de proteção individual fornecidos eram insuficientes.

Concluiu por demonstrada a culpa da empresa.

Não há falar em violação dos artigos 7º, XXVIII, da Constituição Federal e 186, 187, 333 e 927 do Código Civil, porque demonstrada a culpa da empresa, seja porque não verificou a correta identificação das bombas no momento em que instaladas, seja porque não forneceu os equipamentos de proteção adequados.

Os arestos apresentados às fls. 2098/2099 e 2100 são inservíveis, nos termos da alínea "a" do artigo 896 da CLT. O primeiro, o terceiro e o quarto porque oriundos de Turmas desta Corte e o segundo porque não identifica o órgão fracionário do TST prolator da decisão paradigma.

O segundo aresto às fls. 2100/2101 é inespecífico, nos termos da Súmula 296 do TST, porque trata de presunção de culpa do empregador em razão de patologia decorrente do trabalho.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

NÃO CONHEÇO.

**1.2 - PRETENSÃO RECURSAL DE RECONHECIMENTO DA
INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL**

O Tribunal Regional assim decidiu:

Em razão da negligência da ré o autor adquiriu, segundo o laudo médico das fls. 868-8:72, as seguintes sequelas: "linfedema de membro inferior direito duro com alterações tróficas (coroa flebectasica e atrofia branca), sinais de dermatite acre com presença de úlcera venosa em maléolo não cicatrizada, perda de sensibilidade em pé, perda da dorsiflexão de pé". O perito ainda ressaltou que esse linfedema está associado a insuficiência venosa crônica e lesão neurológica severa em membro inferior...

Às fls. 2102/2104, a reclamada alega, em síntese, a inexistência de dano moral, por ausência de dano à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do autor, ocorrendo mero sofrimento decorrente de suposto acidente que não causou a incapacidade total.

Sustenta que não se justifica a condenação por violação do artigo 5º, X, da Constituição Federal. Aponta divergência jurisprudencial.

Ao exame.

Conforme registrado no tema anterior, o reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba a ser mantida estava com a identificação errada (inversão de identificação do equipamento), sofrendo lesões que foram agravadas pelo não fornecimento de equipamento de proteção adequado.

Quanto à configuração do dano moral, esta Corte tem entendido que é presumida quando verificada a existência de acidente de trabalho ou de doença profissional com responsabilidade do empregador, ou seja, verifica-se *in re ipsa* (a coisa fala por si mesma), pressupondo apenas a prova do fato, mas não do dano em si.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Nesse sentido os seguintes precedentes:

RECURSO DE EMBARGOS - REGÊNCIA PELA LEI Nº 11.496/2007 - RESPONSABILIDADE CIVIL - ATO ILÍCITO - DOENÇA PROFISSIONAL - DANO MORAL - PROVA DO DANO - DESNECESSIDADE. No caso de dano moral, a doutrina e a jurisprudência têm entendido que é *damnum in re ipsa*, sendo suficiente, para fins de atribuição de responsabilidade, a demonstração do evento, da doença profissional e a fixação do nexo de causalidade. A doença profissional leva a uma perda da capacidade produtiva e, com isso, ocasiona um enfraquecimento emocional daquele que sofre a enfermidade. A doença e a consequente incapacidade produtiva decorrente de ato ilícito comissivo ou omissivo do empregador, por si só, causam lesão ao princípio da dignidade humana encartado na Constituição Federal, em decorrência do constrangimento gerado ao empregado, que deve ser indenizado pelo dano moral sofrido. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-RR - 23600-32.2006.5.15.0120, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 30/10/2013)

RECURSO DE EMBARGOS - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DOENÇA PROFISSIONAL - PROVA - DESNECESSIDADE. O dano moral poder ser conceituado como o vilipêndio a direito da personalidade do lesado, atingindo aspectos não patrimoniais da vida do ser humano. Tal dano decorre, pois, da demonstração objetiva de que a conduta de alguém lesou direto da personalidade de outrem. Assim, inviável exigir-se a prova do sofrimento daquele que suporta o citado dano, pois, nesse caso, estar-se-ia impondo o ônus de demonstrar algo que não se concretiza no mundo dos fatos, mas, tão somente, no âmbito psicológico do lesado. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que o dano moral é *damnum in re ipsa*, sendo, no caso, suficiente, para fins de atribuição de responsabilidade, a demonstração do evento, doença profissional e fixado o nexo de causalidade. A doença profissional leva a uma perda da capacidade produtiva e, com isso, ocasiona um enfraquecimento emocional daquele que sofre a respectiva doença, sendo irrelevante a exposição do trabalhador a uma situação



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

vexatória. A doença e a consequente incapacidade produtiva, por si só, causam a lesão ao princípio da dignidade humana encartado na Constituição Federal, em decorrência do constrangimento gerado ao empregado, que deve ser indenizado pelo dano moral sofrido. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-ED-RR-816513-56.2001.5.15.5555, Redator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT: 23/10/2009)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACIDENTE DE TRABALHO. EMPREGADO PRENSADO ENTRE A PARTE TRASEIRA DE UM CAMINHÃO BAÚ E A EMPILHADEIRA INDUSTRIAL OPERADA POR OUTRO EMPREGADO NO PÁTIO DA EMPRESA TOMADORA DOS SERVIÇOS. MORTE DO EMPREGADO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. QUANTUM ARBITRADO. ABATIMENTO COM OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE SEGURO DE VIDA. PENSÃO MENSAL. 1 - O TRT concluiu que as rés são responsáveis pelo acidente de trabalho ocorrido com o companheiro da autora, o qual foi prensado entre a parte traseira de um caminhão baú e a empilhadeira industrial operada por outro empregado no pátio da empresa tomadora dos serviços e que ocasionou a morte do trabalhador. Registrou que as rés (empresas prestadora e tomadora dos serviços) não demonstraram que cumpriam e faziam cumprir as normas pertinentes à higiene, medicina e segurança do trabalho, nos termos do art. 157 da CLT, e que "instruíam o de cujus por meio de ordens de serviço quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes ou doenças ocupacionais", ou seja, "não há qualquer prova que qualquer das rés tenha alertado o de cujus sobre os perigos do labor no mesmo ambiente em que transitavam as máquinas empilhadeiras, o que ratifica a culpa das rés na ocorrência do acidente em questão". A Corte de origem consignou, ainda, que é incontroverso não ter havido culpa exclusiva da vítima para a ocorrência do referido acidente. Conforme se constata do quadro fático, os três elementos configuradores da responsabilidade das rés pelo acidente de trabalho que ocasionou a morte do empregado estão presentes: o dano, a culpa e o nexo causal. 2 - Quanto à configuração do dano moral, esta Corte tem entendido que esse é presumido quando verificada a existência de



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

acidente de trabalho ou de doença profissional com responsabilidade do empregador, ou seja, verifica-se in re ipsa (a coisa fala por si mesma), pressupondo apenas a prova do fato, mas não do dano em si. Precedentes. Assim, no caso, não se faz necessária a prova objetiva do sofrimento ou do abalo psicológico, sendo presumível, tendo em vista a "morte do companheiro". 3 - Relativamente ao valor arbitrado à indenização por dano moral, esta Corte, conforme o Superior Tribunal de Justiça, adota o entendimento de que o valor das indenizações por danos morais só pode ser modificado nas hipóteses em que as instâncias ordinárias fixaram importâncias fora dos limites da proporcionalidade e da razoabilidade, ou seja, porque o valor é exorbitante ou irrisório, o que não se verifica in casu. Constatase que o valor da indenização por danos morais rearbitrado pelo Tribunal Regional, de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), encontra-se dentro dos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, pois levou em consideração a capacidade financeira das empresas ofensoras e da parte lesada, a gravidade do dano, bem como a finalidade punitiva e pedagógica. 4 - Quanto à pretensão de abatimento do valor da indenização por dano moral com o pagamento do seguro de vida, o TRT consignou, com base no art. 7º, XXVII, da CF, que os referidos institutos possuem natureza jurídica distinta, e as suas finalidades são diferenciadas, pois a indenização por danos morais tem natureza reparatória, decorrente da obrigação de reparar o dano causado, disciplinada pelo código civil, e o seguro de vida tem como objetivo um ressarcimento financeiro, no caso de morte do segurado, dos seus beneficiários ou herdeiros. Dessa forma, concluiu que não havia como acolher a pretensão de abatimento dos valores recebidos a título de seguro de vida com a de indenização por dano moral. Precedentes. Decisão recorrida em sintonia com a jurisprudência desta Corte. 5 - No que se refere à "pensão mensal", o Tribunal Regional manteve a sentença que determinara o pagamento de pensão mensal em favor da autora equivalente à metade da remuneração do de cujus à época do acidente (5/6/2012), além do equivalente a 13ºs salários, da data do acidente até o ano de 2039, quando o falecido completaria 73 anos (índice de expectativa de vida do IBGE), ou falecimento da beneficiária, o que ocorrer primeiro. Assim, não se mostra excessivo o valor arbitrado a título de pensão mensal, uma vez que foi considerada a provável expectativa



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

de vida da vítima e o fato de o de cujus não ter tido filhos com a autora. 6 - Intactos os dispositivos de lei e da CF invocados. Arestos inespecíficos, superados pela jurisprudência pacífica desta Corte ou inservíveis (Súmulas 296, 333 e 337, IV, do TST e art. 896, 'a', da CLT). 7 - Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TST-AIRR- 1093-75.2012.5.12.0015, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT: 7/8/2015)

(...) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM ARBITRADO. O art. 7º, XXVIII, da CF, tido como violado, não trata do quantum arbitrado a título de danos morais, e, sim, da própria existência do ato ilícito e o consequente dever de indenizar, matéria já analisada em tópico específico, de modo que inviável a análise de sua violação. Por outro lado, não há falar em violação dos artigos 333, I, do CPC e 818 da CLT, pois esta Corte tem entendido que o dano moral é presumido quando verificada a existência de acidente do trabalho ou de doença profissional com responsabilidade do empregador, ou seja, verifica-se in re ipsa (a coisa fala por si mesma). Os arestos colacionados não impulsionam o conhecimento do recurso de revista porque provenientes do mesmo órgão prolator da decisão recorrida, órgão judicante não elencado no art. 896, 'a', da CLT. (...) (TST-AIRR-1326-09.2012.5.23.0131, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 19/12/2014)

(...) PROVA DO DANO MORAL A jurisprudência desta Corte confirma que é *damnum in re ipsa*, sendo suficiente, para fins de atribuição de responsabilidade, a demonstração do evento, da doença profissional e a fixação do nexo de causalidade. (AIRR - 177-42.2012.5.05.0401, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 24/10/2014)

(...) DANO MORAL. PROVA DO DANO. Segundo a atual, iterativa e notória jurisprudência emanada desta Corte, constatada a existência do ilícito, por abuso de direito patronal, o dano moral emerge in re ipsa, independente de prova. Tal fato obsta o seguimento do recurso em relação às violações legais e constitucional apontadas no particular. Aplicação do § 7º do art. 896 da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

(TST-AIRR - 2077-03.2012.5.04.0332, Relator Ministro: Tarcísio Régis Valente, 5ª Turma, DEJT 17/10/2014)

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONFIGURAÇÃO. PROVA DO DANO MORAL. A decisão recorrida, com fundamento nas provas dos autos, consigna expressamente que ficaram comprovados a culpa, o dano e o nexo causal entre a atividade exercida na reclamada e a lesão sofrida pelo reclamante. Ademais, o Regional deixou expresso que houve incapacidade total temporária do reclamante, o que justifica a responsabilização civil da empresa, uma vez que não providenciou um ambiente de trabalho seguro, a fim de evitar a ocorrência de acidente de trabalho. Diante desses elementos fáticos, não há como se proceder ao reexame pretendido, acerca dos elementos externos causadores da lesão, sem nova apreciação de fatos e provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, ao teor da Súmula nº 126 do TST. Ademais, de acordo com a jurisprudência pacífica, o que se exige é a prova dos fatos que ensejam o pedido de indenização por danos morais (arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC), e não a prova dos danos imateriais, esta, de resto, impossível. Portanto, o dano moral verifica-se in re ipsa (a coisa fala por si). Recurso de revista de que não se conhece. (TST-RR- 824-51.2012.5.04.0664, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 3/10/2014)

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DOENÇA OCUPACIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DE TRABALHO. DANO, NEXO CAUSAL E CULPA COMPROVADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. [...]. Demais disso, uma vez reconhecida, de modo conclusivo, a culpa do réu pelo evento danoso, ante a negligência na adoção de medidas de proteção à saúde e à segurança a que estava obrigado por lei, bem como o dano sofrido e o nexo causal - elementos ensejadores da reparação pecuniária -, não há falar em necessidade de prova do dano moral, visto que esse ocorre - in re ipsa -, ou seja, o dano é consequência direta da conduta ilícita ou antijurídica do empregador, do que deriva a responsabilidade de reparar o prejuízo extrapatrimonial causado, nos termos dos arts. 186 e 927, -caput-, do Código Civil e 5º, V e X, da



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Constituição Federal. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (TST-RR-351285-27.2002.5.12.0002, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 16/5/2014)

Assim, no caso, não se faz necessária a prova objetiva do sofrimento ou do abalo psicológico, sendo presumível, tendo em vista a ocorrência do acidente de trabalho por culpa do empregador.

Logo, não ofende o artigo 5º, X, da Constituição Federal a decisão que reconhece dano moral em face de acidente que, por negligência da empresa, decorre de inversão de identificação do equipamento e causa lesões, tais como a perda de sensibilidade e de dorsiflexão de pé, agravadas pelo não fornecimento de EPI adequado.

O único aresto apresentado à fl. 2102 é inespecífico, nos termos da Súmula 296 do TST, porque trata apenas de afirmar que amparar o sofrimento psicológico decursivo e doença profissional viola o artigo 5º, X, da Constituição Federal. No caso concreto, além do presumido sofrimento psicológico, restam evidentes as sequelas físicas sofridas pelo empregado.

NÃO CONHEÇO.

1.3 - DANO MORAL. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

O Tribunal Regional assim decidiu:

VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Pretende a reclamada a redução do valor da indenização por danos morais, fixado pelo juízo *a quo* em R\$311.000,00 (trezentos e onze mil reais), considerando uma variação de 5 (cinco) a 100 (cem) salários mínimos, em respeito ao princípio da razoabilidade e ao bom senso.

Ao exame.

A falta de critérios legais para a fixação do valor da indenização por danos morais, a doutrina e a jurisprudência adotam como parâmetros 8 *extensão do dano*, considerando o disposto no artigo 944 do Código Civil, sem buscar equivalência exata entre a lesão e a reparação, dada a



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

impossibilidade de retomo ao *status quo ante*; o grau de culpa ou intensidade de dolo do ofensor, levando em conta o parágrafo único do indigitado artigo; a razoabilidade, que limita e condiciona a discricionariedade do julgador; a proporcionalidade, para compatibilizar o valor do dano; o não enriquecimento sem causa da vítima; o caráter punitivo-pedagógico e o intuito compensatório da indenização.

Dada a natureza e a extensão do dano suportado pelo reclamante, a ilicitude da conduta perpetrada pela demandada e a finalidade da indenização em questão, entendo correto o *quantum* indenizatório fixado pelo juízo de origem, levando em consideração que a lesão atingiu o membro inferior direito do obreiro. (Grifamos e destacamos)

Às fls. 2104/2107, a reclamada alega, em síntese, que o valor da indenização por danos morais é excessivo, desproporcional e não atende ao princípio da razoabilidade.

Aponta violação dos artigos 5º, V, X, da Constituição Federal e 884, 885, 886, 927 e 944 do Código Civil e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

Considerando a natureza e a extensão do dano suportado pelo reclamante; que a lesão atingiu o seu membro inferior direito; a impossibilidade de retorno ao *status quo ante*; a ilicitude da conduta e o grau de culpa da empresa; bem como a finalidade da indenização por danos morais, o e. TRT entendeu correto o *quantum* indenizatório de R\$311.000,00 (trezentos e onze mil reais) fixado pela sentença.

Não cabe a esta instância superior, em regra, rever a valoração emanada das instâncias ordinárias em relação ao montante arbitrado a título de indenização por danos morais, para o que se faria necessário o reexame dos elementos de fato e das provas constantes dos autos, excepcionando-se as hipóteses em que o *quantum* indenizatório se revele extremamente irrisório ou nitidamente exagerado, denotando manifesta inobservância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aferível de plano, sem necessidade de incursão na prova.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

No caso concreto, o reclamante seguiu os procedimentos indicados pela reclamada, mas ainda assim se acidentou porque a bomba a ser mantida estava com a identificação errada (inversão de identificação do equipamento), sofrendo lesões que foram agravadas pelo não fornecimento de equipamento de proteção adequado.

Em razão do acidente o autor adquiriu as seguintes sequelas:

1. linfedema (acumulação de linfa [o fluido é responsável pela eliminação de impurezas que as células produzem durante seu metabolismo] nos tecidos moles do corpo) de membro inferior direito duro com alterações tróficas (coroa flebectásica e atrofia branca[obstrução de vasos arteriais]);
2. o linfedema está associado à insuficiência venosa crônica;
3. sinais de dermatite acre (insuficiência venosa que agrava as varizes) com presença de úlcera venosa em maléolo não cicatrizada;
4. lesão neurológica severa em membro inferior; e
5. perda de sensibilidade e da dorsiflexão de pé.

Do acidente resultou ainda a incapacidade total e definitiva do autor para aquela função originalmente contratada e temporariamente total para qualquer atividade laborativa, devendo se submeter a tratamentos (médico, hospitalar, fisioterápico e medicamentoso) continuados pelo resto da vida para a estabilização da doença, de modo a evitar complicações que o exponham a risco de morte.

A situação exige cautela em face da incerteza quanto aos tratamentos necessários, que podem variar a cada momento.

As circunstâncias do caso evidenciam a natureza grave da lesão e da dor que acometem o autor e revelam os sentimentos de angústia e tristeza a que estará submetido em razão do prejuízo permanente à sua integridade corporal, causando-lhe sofrimento físico e psicológico pelo



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

resto de sua vida. Deve-se, ainda, considerar que o autor estava na "flor da idade" à época dos fatos, qual seja, 41 anos.

Nesse contexto, a indenização por danos morais fixada no valor de R\$311.000,00 pauta-se em parâmetros compatíveis com a intensidade do sofrimento, o grau de culpa do ofensor e não gera o enriquecimento indevido da vítima. Ao contrário, serve para confortar, minimizar e amenizar os efeitos da dor íntima do ofendido, apresentando-se justo, razoável e proporcional à extensão das lesões sofridas, à extrema gravidade e ao caráter irreversível dos danos ao empregado.

Não há, portanto, falar em violação dos artigos 5º, V, X, da Constituição Federal e 884, 885, 886, 927 e 944 do Código Civil.

Os arestos apresentados às fls. 2105/2107 são inespecíficos, nos termos da Súmula 296 do TST, porque apresentam teses genéricas sobre falecimento do trabalhador em acidente de trabalho, com culpa concorrente da empresa e do empregado, e a observação dos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade.

NÃO CONHEÇO.

1.4 - PENSÃO MENSAL VITALÍCIA

O Tribunal Regional assim decidiu:

LUCROS CESSANTES. PENSÃO VITALICIA

O juízo de origem condenou a reclamada a pagar lucros cessantes (pensão vitalícia) desde a data do acidente, considerando o salário de "Encarregado de Manutenção Mecânica" até o ano de 2005, e, a partir de então, diante da alteração promovida pelo PCS, levando em conta o salário de "Supervisor de Utilidades".

Inconformada recorre ordinariamente a reclamada, sustentando que a perda da capacidade laborativa do autor foi parcial e não total.

Alega que a função desempenhada pelo recorrido não deve ser equiparada a de "Supervisor de Utilidades".



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Aduz que o pensionamento só pode durar até o reclamante completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, porque sua incapacidade não é permanente.

Afirma que o preposto da recorrente declarou que o feixe de tarefas da antiga função de "Encarregado de Manutenção Mecânica" é diferente da atual função de "Supervisor de Utilidades".

Diz que a base de cálculo da indenização deve ser o salário percebido pelo recorrido na época do acidente, recomposto pelos reajustes normativos aplicáveis à sua categoria profissional, e não outro que é percebido por empregado com tarefas mais complexas, que abrangem inclusive as atribuições do autor quando estava na ativa.

Assevera que o médico admitiu a possibilidade de melhora do quadro de saúde do autor, não havendo justificativa para o pagamento de pensão mensal vitalícia, mas, no máximo, até os 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Requer, por essas razões, sem prejuízo da redução das indenizações deferidas pela metade, ante a culpa concorrente do demandante, a limitação do pensionamento aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, baseando-se em parcelas mensais equivalentes a um percentual sobre o salário, por se tratar de incapacidade 'parcial e não total, pertinente à função de "Encarregado de Manutenção Mecânica", recomposto pelos reajustes normativos aplicáveis à sua categoria profissional.

À análise.

Em relação à limitação do pensionamento aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, tal medida é adotada quando a vítima do acidente do trabalho já faleceu, pois nesse caso o tempo de vida é mensurado através de uma expectativa de longevidade, segundo a média da população brasileira.

Entretanto, quando a vítima sobrevive ao infortúnio, o pensionamento é vitalício, cessando apenas se readquirir a sua capacidade laborativa, **o que não se vislumbra na presente hipótese porque a sua incapacidade é total e definitiva para a função originalmente contratada**. O máximo que pode ocorrer é haver uma redução do valor do pensionamento em razão da reaquisição da capacidade para atividade diversa.

No tocante à função a ser considerada para fins de apuração do valor salarial a ser adotado no pensionamento, entendo que a r. sentença fustigada não merece ser reformada.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

É incontroverso que o autor exerceu a função de "Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005.

A partir de então o próprio preposto da ré, à fl. 1.149, confessou que tal função foi transformada, em razão do plano de cargos e salários, na função de "Supervisor de Utilidades". Insta ressaltar que, segundo o aludido preposto, um dos "Encarregados de Manutenção". do antigo PCS foi reequadrado em Supervisor de Utilidades". Alguns não o foram porque, de acordo com o depoente, não preenchiam o perfil do cargo como, por exemplo, não serem talhados à gestão de pessoal.

Como o reclamante sofreu o acidente do trabalho no dia 05.05.2003 e sua função foi transformada em outra, não vinga a tese da ré de que a função substituta não era semelhante, mormente porque não se tem como aferir o feixe de tarefas de um empregado *já* afastado do trabalho em data anterior à instituição dessa nova função.

Em hipóteses como essa deve se presumir que o autor seria reequadrado na função de Supervisor de Utilidades, que sucedeu à originalmente contratada.

No tocante à incapacidade do demandante, o laudo pericial médico (fls. 868-72) concluiu que o obreiro possui incapacidade parcial e definitiva, não podendo exercer a função originalmente contratada (vide respostas 24 e 25 - fl. 872).

É certo que o louvado admitiu a possibilidade de o autor recuperar sua capacidade para o exercício de função diversa da contratada, mas foi taxativo ao assentar que no momento do exame clínico o reclamante encontrava-se incapacitado para o desempenho de qualquer atividade laborativa (vide respostas 18 e 26).

O fato de ser possível uma readaptação funcional futura não induz à redução do valor do pensionamento, pois enquanto isso não ocorrer a sua incapacidade é total.

Consoante fundamentação do tópico 2.2.1 *suso*, não restou demonstrada qualquer culpa por parte do reclamante.

Destarte, nego provimento. (Grifamos e destacamos)



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Às fls. 2107/2108, a reclamada alega, em síntese, que, inexistindo incapacidade absoluta para o trabalho, não há o dever de indenizar.

Aponta violação do artigo 949 do Código Civil e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

Não há violação do artigo 949 do Código Civil, visto que o empregado ficou incapacitado total e definitivamente para a função para a qual foi contratado na empresa, que foi responsabilizada pelo acidente, e o referido dispositivo obriga o ofensor a indenizar os lucros cessantes até o fim da convalescença, além de outro prejuízo, no caso, a pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou o autor, nos termos do artigo 950 do mesmo diploma legal.

O aresto à fl. 2108 apresenta tese consonante com a hipótese dos autos, pois afirma que não há direito à pensão mensal vitalícia **se** "a incapacidade laborativa da reclamante não é absoluta **ou permanente**, de forma a impossibilitar o exercício de qualquer atividade profissional".

NÃO CONHEÇO.

1.5 - PENSÃO MENSAL. PRETENSÃO DE LIMITAÇÃO ETÁRIA E DE FIXAÇÃO DO VALOR EM PROPORCIONALIDADE À REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA

O Tribunal Regional assim decidiu:

LUCROS CESSANTES. PENSÃO VITALICIA

O juízo de origem condenou a reclamada a pagar lucros cessantes (pensão vitalícia) desde a data do acidente, considerando o salário de "Encarregado de Manutenção Mecânica" até o ano de 2005, e, a partir de então, diante da alteração promovida pelo PCS, levando em conta o salário de "Supervisor de Utilidades".

Inconformada recorre ordinariamente a reclamada, sustentando que a perda da capacidade laborativa do autor foi parcial e não total.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Alega que a função desempenhada pelo recorrido não deve ser equiparada a de "Supervisor de Utilidades".

Aduz que o pensionamento só pode durar até o reclamante completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, porque sua incapacidade não é permanente.

Afirma que o preposto da recorrente declarou que o feixe de tarefas da antiga função de "Encarregado de Manutenção Mecânica" é diferente da atual função de "Supervisor de Utilidades".

Diz que a base de cálculo da indenização deve ser o salário percebido pelo recorrido na época do acidente, recomposto pelos reajustes normativos aplicáveis à sua categoria profissional, e não outro que é percebido por empregado com tarefas mais complexas, que abrangem inclusive as atribuições do autor quando estava na ativa.

Assevera que o médico admitiu a possibilidade de melhora do quadro de saúde do autor, não havendo justificativa para o pagamento de pensão mensal vitalícia, mas, no máximo, até os 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Requer, por essas razões, sem prejuízo da redução das indenizações deferidas pela metade, ante a culpa concorrente do demandante, **a limitação do pensionamento aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, baseando-se em parcelas mensais equivalentes a um percentual sobre o salário, por se tratar de incapacidade ' parcial e não total**, pertinente à função de "Encarregado de Manutenção Mecânica", recomposto pelos reajustes normativos aplicáveis à sua categoria profissional.

À análise.

Em relação à limitação do pensionamento aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, tal medida é adotada quando a vítima do acidente do trabalho já faleceu, pois nesse caso o tempo de vida é mensurado através de uma expectativa de longevidade, segundo a média da população brasileira.

Entretanto, quando a vítima sobrevive ao infortúnio, o pensionamento é vitalício, cessando apenas se readquirir a sua capacidade laborativa, **o que não se vislumbra na presente hipótese porque a sua incapacidade é total e definitiva para a função originalmente contratada**. O máximo que pode ocorrer é haver uma redução do valor do pensionamento em razão da reaquisição da capacidade para atividade diversa.



PROCESSO N° TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

No tocante à função a ser considerada para fins de apuração do valor salarial a ser adotado no pensionamento, entendo que a r. sentença fustigada não merece ser reformada.

É incontroverso que o autor exerceu a função de Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005.

A partir de então o próprio preposto da ré, à fl. 1.149, confessou que tal função foi transformada, em razão do plano de cargos e salários, na função de "Supervisor de Utilidades".

Insta ressaltar que, segundo o aludido preposto, um dos "Encarregados de Manutenção" do antigo PCS foi reenquadrado em Supervisor de Utilidades". Alguns não o foram porque, de acordo com o depoente, não preenchiam o perfil do cargo como, por exemplo, não serem talhados à gestão de pessoal.

Como o reclamante sofreu o acidente do trabalho no dia 05.05.2003 e sua função foi transformada em outra, não vinga a tese da ré de que a função substituta não era semelhante, mormente porque não se tem como aferir o feixe de tarefas de um empregado já afastado do trabalho em data anterior à instituição dessa nova função.

Em hipóteses como essa deve se presumir que o autor seria reenquadrado na função de Supervisor de Utilidades, que sucedeu à originalmente contratada.

No tocante à incapacidade do demandante, o laudo pericial médico (fls. 868-72) concluiu que o obreiro possui incapacidade parcial e definitiva, não podendo exercer a função originalmente contratada (vide respostas 24 e 25 - fl. 872).

É certo que o louvado admitiu a possibilidade de o autor recuperar sua capacidade para o exercício de função diversa da contratada, mas foi taxativo ao assentar que no momento do exame clínico o reclamante encontrava-se incapacitado para o desempenho de qualquer atividade laborativa (vide respostas 18 e 26).

O fato de ser possível uma readaptação funcional futura não induz à redução do valor do pensionamento, pois enquanto isso não ocorrer a sua incapacidade é total.

Destarte, nego provimento. (Grifamos e destacamos)



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Às fls. 2111/2112 e 2115/2120, a reclamada alega, em síntese, que a pensão mensal vitalícia deve ser limitada até a idade de 65 anos do autor e proporcional à redução da capacidade laborativa.

Aponta violação dos artigos 884, 885 e 950 do Código Civil e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

O e. TRT manteve a sentença que condenou a empresa a pagar pensão vitalícia desde a data do acidente, considerando o salário de Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005, e, após, levando à alteração do PCS, a consideração do salário de Supervisor de Utilidades.

É incontroverso que o autor sofreu acidente de trabalho no dia 5/5/2003 e exerceu a função de Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005.

Não há falar em enriquecimento ilícito do empregado com a condenação ao pagamento de pensão mensal vitalícia ou em desproporcionalidade do seu valor, tendo em vista que do acidente resultou a incapacidade total e definitiva do autor para aquela função originalmente contratada e temporariamente total para qualquer atividade laborativa, sendo a pensão determinada nos termos do artigo 950 do Código Civil e fixada em correspondência à importância do trabalho para o qual o autor se inabilitou e/ou da depreciação que ele sofreu.

Note-se que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que, em hipóteses como a do presente caso, a pensão deve ser vitalícia.

Nesse sentido são os seguintes precedentes:

RECURSO DE REVISTA. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. LIMITAÇÃO EM RAZÃO DO PEDIDO INICIAL. 75 ANOS. Ao contrário do argumentado pela reclamada, o art. 950 do Código Civil não limita o pagamento da pensão à idade de 65 anos, não havendo, portanto, nenhuma ilegalidade na condenação à pensão mensal vitalícia, limitada em 75 anos (limite fixado na petição inicial). Decisão em consonância com a jurisprudência iterativa da Corte. Óbice da Súmula 333 do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST-RR - 23100-77.2008.5.09.0664, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 15/8/2014).



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

RECURSO DE EMBARGOS. ACIDENTE DE TRABALHO - DANO MATERIAL - PENSÃO VITALÍCIA- IMPOSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO ETÁRIA. A pensão prevista no caput do artigo 950 do Código Civil deve ser paga ao empregado de forma correspondente -à importância do trabalho para que se inabilitou ou da depreciação que ele sofreu-, não havendo em tal dispositivo qualquer limitação de idade para a percepção da citada verba, senão -o fim da convalescença- do empregado. Portanto, na situação dos autos sequer poderia ter sido fixada data limite para o pagamento de pensão mensal, a qual deveria ter sido arbitrada de forma vitalícia. Entretanto, em respeito ao princípio da non reformatio in pejus, deve ser mantida a decisão da Turma que reconheceu justo o limite etário fixado em 70 anos de idade, contra a qual não se insurgiu o reclamante. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (TST- E-ED-RR - 22400-02.2008.5.03.0072, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 26/10/2012).

PENSÃO VITALÍCIA. LIMITAÇÃO A 65 ANOS DE IDADE. A pensão mensal devida ao empregado acidentado pela perda da sua capacidade para o trabalho é vitalícia, não devendo ser limitada ao seu tempo provável de vida ou de trabalho, em atendimento ao princípio da reparação integral que norteia o sistema de responsabilidade civil. (TST-E-RR - 163500-08.2008.5.04.0333, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 3/8/2012).

PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. LIMITAÇÃO. O Tribunal Regional deu provimento ao recurso do Reclamante, para fixar a condenação de pensão mensal vitalícia enquanto ele viver. Decisão em consonância com entendimento desta Corte, de que, nos casos de doença profissional incapacitante, não cabe a limitação temporal em razão da idade do trabalhador, sendo devida a pensão vitalícia. Precedentes. [...]. (TST- AIRR - 73040-06.2005.5.02.0019, Relator Desembargador Convocado: Valdir Florindo, 2ª Turma, DEJT 7/3/2014).

PENSÃO MENSAL. TERMO FINAL. 5.1 De acordo com o art. 950, caput, do Código Civil de 2002, se da ofensa resultar defeito pelo qual o



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá uma pensão correspondente à importância do trabalho, para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu-. 5.2. Ao contrário do que ocorre no acidente de trabalho com óbito do empregado, a pensão devida ao trabalhador, que teve sua capacidade laboral reduzida em decorrência de acidente, ressalvada a prévia convalescença, é devida de forma vitalícia, em homenagem ao princípio da reparação integral, que norteia o sistema de responsabilidade civil. Recurso de revista não conhecido. II - [...] (TST-RR - 106300-02.2010.5.17.0013, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT 7/2/2014).

TERMO FINAL PARA PAGAMENTO DA PENSÃO MENSAL. I. Observa-se que o Tribunal de origem indeferiu o pedido de limitação temporal para o pagamento da pensão, sob o fundamento de que -essa limitação viola o referido princípio da restituição integral. Tratando-se de pensão mensal vitalícia, não há necessidade de se estabelecer limite à expectativa de vida do reclamante-. II. Não há violação do art. 950 do CCB, pois tal dispositivo de lei não faz menção a qualquer limitação temporal para o pagamento de pensão. III. Por outro lado, a jurisprudência sedimentada neste Tribunal Superior é no sentido de ser incabível a limitação temporal da pensão mensal em função da idade do trabalhador. Considera-se que, na hipótese de doença profissional incapacitante, a pensão é vitalícia. IV. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula nº 333 desta Corte. V. Recurso de revista de que não se conhece. (...). (TST- RR - 57200-85.2008.5.09.0655, Relator Ministro: Fernando Eizo Ono, 4ª Turma, DEJT 1º/2/2013).

PENSÃO. TERMO FINAL. O reclamante sofreu acidente de trabalho típico e teve como consequência uma redução da capacidade laboral que pode acompanhá-lo pelo resto da vida, porque para sempre perdurará tal perda parcial da capacidade de trabalho. Portanto, eventual pensionamento deve seguir a linha do tempo vitaliciamente. Daí, não há como entender pelo



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

limite do pensionamento aos 73,5 anos de idade, porque a norma atinge melhor o fim social se a concessão for vitalícia, até porque a lesão é irreversível. Precedentes. (TST-RR - 75600-42.2007.5.15.0130, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 24/5/2013).

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. Esta Corte entende que a pensão mensal vitalícia, art. 950 do CC/2002, deve apresentar como termo final a convalescença ou falecimento do lesionado, e não há limite de 65 anos, como sustenta a reclamada. Incide no caso o óbice do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333 do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST-RR - 71400-40.2011.5.13.0022, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 22/11/2013).

RECURSO DE REVISTA. ACIDENTE DO TRABALHO. DANO MATERIAL. TERMO FINAL DA PENSÃO MENSAL DEFERIDA. LIMITE CIRCUNSTANCIAL. IMPOSSIBILIDADE. O art. 950 do CC não fixa ou limita o período que a pensão mensal deve perdurar, apenas estabelece que há obrigação de pagamento de pensão mensal em decorrência de dano que diminua ou incapacite o ofendido no exercício da sua profissão. Nada menciona, ainda, sobre limitação circunstancial, como a readaptação profissional. Com efeito, o termo final da pensão devida à própria vítima não se limita à expectativa de vida ou de sobrevivência como ocorre no caso de morte do acidentado ou à presunção de que a vítima não convalescerá antes de cessar a sua vida. Com efeito, a pensão mensal é fixada com fundamento no estado em que se encontra o acidentado, não se baseando, portanto em meras presunções de reabilitação ou em mudanças que podem ocorrer durante o decorrer do tempo. O entendimento desta Corte de que a pensão mensal deve ser vitalícia está baseada no princípio da reparação integral que baliza a responsabilidade civil, pois, em caso de não ocorrência do acidente, a vítima estaria com plena capacidade e poderia auferir os seus rendimentos totalmente. No presente caso, está registrado no acórdão Regional que, de acordo com as conclusões do laudo pericial produzido nos presentes autos, o reclamante está totalmente e permanentemente incapacitado para o trabalho. Consta, ainda, que há pedido da previdência social para que a empresa



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

reabilite o reclamante, inclusive com ressalvas quanto a algumas atividades que o reclamante não pode desenvolver. Ora, o pedido de reabilitação realizado pela previdência social não significa que ocorreu a reabilitação. Ademais, no próprio laudo do instituto previdenciário, consta ressalvas quanto a algumas atividades que o reclamante não pode desenvolver, o que significaria a manutenção da pensão, mesmo que de forma reduzida. Recurso de revista conhecido e provido. (TST-RR - 101000-51.2006.5.01.0011, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 20/9/2013).

DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. Quanto à comprovação da culpa da Reclamada, o apelo não ultrapassa o óbice da Súmula 126 do TST. No que tange à limitação temporal da pensão mensal à idade de 65 anos, o entendimento desta Corte é de que a pensão é vitalícia no caso de incapacidade permanente, uma vez que impossível a convalescença, termo final para pagamento da indenização por danos materiais previsto no caput do art. 950 do Código Civil, de modo que o apelo não ultrapassa o contido no art. 896, § 4º, da CLT. Recurso de Revista não conhecido. (TST-RR - 87100-21.2008.5.12.0012, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, 8ª Turma, DEJT 23/8/2013).

Ilesos, portanto, os artigos 884, 885 e 950 do Código Civil.

No tocante à limitação etária, os arestos apresentados às fls. 2112/2114 encontram óbice na Súmula 333/TST e no artigo 896, § 4º, da CLT (Lei nº 9.756/98).

Os dois arestos às fls. 2116/2117, que se referem à proporcionalidade do valor da pensão mensal, são inespecíficos, nos termos da Súmula 296 desta Corte, porque tratam de incapacidade parcial para o trabalho e de correspondência do valor da pensão à redução da capacidade laborativa, com cálculo pela remuneração do trabalhador. Na hipótese dos autos a incapacidade é total e permanente e foi levada em conta a remuneração da atividade para a qual o autor ficou inabilitado.

NÃO CONHEÇO.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

1.6 - PENSÃO MENSAL. ALTERAÇÃO DO CARGO DO AUTOR.

O acórdão regional registra em excerto retirado da transcrição do tema anterior:

É incontroverso que o autor exerceu a função de Encarregado de Manutenção Mecânica até o ano de 2005.

A partir de então o próprio preposto da ré, à fl. 1.149, confessou que tal função foi transformada, em razão do plano de cargos e salários, na função de "Supervisor de Utilidades".

Insta ressaltar que, segundo o aludido preposto, um dos "Encarregados de Manutenção" do antigo PCS foi reenquadrado em Supervisor de Utilidades. Alguns não o foram porque, de acordo com o depoente, não preenchiam o perfil do cargo como, por exemplo, não serem talhados à gestão de pessoal.

Como o reclamante sofreu o acidente do trabalho no dia 05.05.2003 e sua função foi transformada em outra, não vinga a tese da ré de que a função substituta não era semelhante, mormente porque não se tem como aferir o feixe de tarefas de um empregado já afastado do trabalho em data anterior à instituição dessa nova função.

Em hipóteses como essa deve se presumir que o autor seria reenquadrado na função de Supervisor de Utilidades, que sucedeu à originalmente contratada.

Às fls. 2117/2120 a empresa alega, em síntese, que a pensão mensal deferida após o ano de 2005 está fixada com base em cargo diverso daquele ocupado pelo autor.

Nesse sentido, sustenta que a condenação violou o artigo 950 do Código Civil, porque não observou o cargo efetivamente ocupado pelo empregado.

Aponta divergência jurisprudencial.

Ao exame.

Não há falar em violação do referido dispositivo legal, visto que a condenação observa a transformação, a partir do ano de 2005, do cargo exercido pelo autor em outro, presumindo o e. TRT que o empregado seria reenquadrado na nova função.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Os três arestos apresentados à fl. 2119 são inespecíficos, nos termos da Súmula 296 do TST, porque abordam teses genéricas sobre apuração da pensão mensal com base: no salário percebido à época do sinistro; na remuneração que a vítima percebia e nos rendimentos efetivamente percebidos ou na média das parcelas variáveis habitualmente recebidas.

NÃO CONHEÇO.

1.7 – DESPESAS MÉDICAS. NECESSIDADE DE CUSTEIO PRÉVIO. DETERMINAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE VALOR MENSAL PELA EMPRESA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS PELO AUTOR

Sobre a comprovação das despesas médicas, o Tribunal Regional tratou da matéria sob dois aspectos:

2.2.2. REEMBOLSO DE DESPESAS

Pretende a recorrente a limitação da condenação ao pagamento de despesas com o tratamento médico do autor, de modo a serem admitidos apenas os comprovantes de gastos representados por notas fiscais com razão social, CNPJ e endereço do emitente, bem como as consultas sejam realizadas com médicos cuja especialidade guarde pertinência com as sequelas apresentadas pelo reclamante.

Diz ainda que eventuais despesas com internação, fisioterapia e medicamento sejam indicadas por um desses especialistas, com expressa referência ao tratamento das aludidas sequelas.

Assiste-lhe razão parcial.

Em que pese a recorrente fazer alusão a reembolso, **a decisão primeira determinou o pagamento da importância de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a título de antecipação das despesas com tratamento (médicas, hospitalares, fisioterápicas e medicamentosas), razão pela qual a abordagem da matéria ficará adstrita as verbas vincendas.**

Não vinga a tese de que o deferimento dessas parcelas não abarcam despesas de deslocamento.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Ao deferir a tutela antecipada, ratificada pela r. sentença fustigada, o juízo de origem mencionou expressamente as despesas com consultas, botas, transporte, medicamentos, sessões de fisioterapia e drenagem linfática.

Ultrapassada essa questão, passo a analisar a validade dos documentos que devem servir para a demonstração das despesas e fixação do valor da média a ser antecipada pela ré.

O fato de os recibos de deslocamento serem emitidos pelo mesmo taxista e sempre com idêntico valor não tem o condão de invalidá-los.

Afinal, nada impede que o autor contrate um profissional de sua confiança para o deslocamento entre o local de origem e o do tratamento (fisioterapia, consultas, drenagem linfática e etc), mediante o acerto de um valor fixo.

Nesse particular, compete a ré demonstrar que o valor ajustado entre o reclamante e o aludido taxista é superior ao cobrado na praça para o trajeto descrito nos recibos.

A antecipação das despesas com o tratamento médico do autor deverá observar os seguintes parâmetros:

Em relação aos recibos emitidos por médicos. pessoas físicas, estes devem contemplar o nome do profissional, seu CPF, o endereço, o nome do paciente atendido, qual o serviço prestado e a data do atendimento.

Caso seja uma clínica médica, pessoa jurídica, deverá ser emitida nota fiscal contendo o CNPJ da empresa, o endereço da mesma, qual o serviço prestado, o valor cobrado, o carimbo de “recebemos”, devidamente assinado, e a data do atendimento.

Na hipótese de compra de produtos e ou equipamentos, como botas de uma, deve ser apresentada recibo ou nota fiscal de venda, conforme o caso, de acordo com os parâmetros acima.

Quanto aos medicamentos, deverá ser apresentada a respectiva receita médica e a nota fiscal da farmácia, contendo o carimbo de “recebemos”, devidamente assinado, ou o cupom fiscal, em cujo documento devem estar especificados os medicamentos adquiridos.

Os exames devem ser comprovados por nota fiscal com todos os requisitos formais já assentados.

Despesas com viagem, além de necessariamente comprovação com bilhete emitido em nome do autor, deverão estar atreladas ao tratamento, ou



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

seja, acompanhadas do respectivo recibo ou nota fiscal, conforme o caso, do profissional consultado, clínica ou hospital.

Despesas com fisioterapia e drenagem linfática devem ser comprovadas mediante recibo ou nota fiscal, conforme o caso, segundo os parâmetros acima, acompanhadas do laudo médico indicando no número de sessões necessárias ao tratamento do autor.

As formalidades acima são necessárias, visto que diversos documentos colacionados aos autos são duvidosos, tais como os formulários de farmácias, onde não constam sequer se os medicamentos neles especificados foram pagos pelo reclamante. (vide fl. 89Ó), tampouco se todos esses remédios foram adquiridos com prescrição médica.

Releva notar que alguns carimbos, com o CNPJ das farmácias, sequer contém assinatura do responsável pelo recebimento do valor supostamente pago.

Por outro giro, há nota fiscal de venda acusando a venda de medicamento manipulação em qualquer especificação (fl 365).

As passagens sequer indicam o nome do autor (fl. 374).

Se é certo que o reclamante faz jus a cobertura do seu tratamento médico, hospitalar e medicamentar, por ter sofrido acidente do trabalho em razão da negligência da ré, também não se pode olvidar que as despesas não podem ser realizadas de forma desmesurada, sem comprovação indubioso, sob pena de viabilizar o enriquecimento sem causa do demandante.

Destarte, dou provimento parcial para determinar que doravante qualquer comprovação de despesas seja promovida nos termos *suso* expandidos.

2.2.3 . ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Inicialmente, **o juízo de origem deferiu a tutela antecipada (fls. 387-389), atribuindo à ré a obrigação de ressarcir as despesas comprovadas nos autos, relativas ao tratamento médico do autor.**

Posteriormente, **diante do grande volume de documentos juntados pelo reclamante, o órgão julgador modificou a antecipação dos efeitos da tutela (fl. 941), incumbindo à ré a obrigação de pagar uma parcela**



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a título de adiantamento das despesas com tratamento médico.

inconformada, a reclamada pretende afastar a antecipação da tutela, sustentando não haver provas de que todas as despesas relacionadas pelo reclamante referem-se a tratamento médico, tampouco verossimilhança dessa alegação.

Questiona a validade dos recibos trazidos pelo demandante (fls. 520-532), no valor exato de R\$15,00 (quinze reais) cada um, referente à utilização de serviço de táxi, por possuírem a mesma grafia, o mesmo importe, o mesmo taxista e com origem no Bairro Novo Horizonte, quando o reclamante reside no Bairro Interlagos.

Diz que dentre os recibos colacionados pelo autor há despesas com viagens (fls. 784-791), medicamentos sem receita (fls. 665-671) e materiais estranhos (sandálias, botas), que englobaram a base de cálculo da média adotada pelo juízo *a quo* para a antecipação da tutela.

Aponta o perigo da irreversibilidade do provimento antecipado.

Requer a revogação da tutela antecipada e a apuração da condenação somente ao final, mediante liquidação por artigos, desprezando-se as despesas com deslocamento, medicamentos sem receita e materiais estranhos, bem como compensando-se tudo que já foi antecipado pela recorrente, cujo valor afirma ter atingido a cifra de R\$107.516,89 na data da interposição do recurso ordinário.

Assiste-lhe razão parcial.

A Lei nº 8.952, de 13.12.1994 instituiu, através de alteração no artigo 273 do Código de Processo Civil, a possibilidade de, ao apreciar a lide, o juiz, a requerimento das partes, antecipar total ou parcialmente a tutela pretendida no pedido inicial: para tanto, deverá haver prova inequívoca, capaz de ensejar o convencimento do magistrado acerca da verossimilhança da alegação, existindo fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou que reste caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Baseada no Princípio da Efetividade do Processo, a antecipação da medida surge, no ordenamento jurídico vigente, como exigência imperiosa do Princípio da inafastabilidade da Jurisdição, a teor do art. 5º, Inciso XXXV da Constituição Federal de 1988. Não se constitui de simples faculdade ou de



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

mero poder discricionário do juiz, mas de um direito subjetivo processual que, dentro dos pressupostos rigidamente traçados pela lei, a parte tem o poder de exigir da Justiça, como parcela da medida jurisdicional a que o Estado se obrigou.

Insta ressaltar que o instituto é perfeitamente aplicável na seara processual trabalhista, pois a própria natureza do direito do trabalho se coaduna com um rito célere e avesso ao formalismo processual.

A fim de que se configure a hipótese de tutela antecipada, o art. 273, *caput*, do CPC, impõe a observância de dois pressupostos genéricos: a prova inequívoca e a verossimilhança da alegação .

Outrossim, além dos pressupostos genéricos de natureza probatória, o art. 273 do CPC condiciona, em seus incisos I e II, o deferimento da tutela antecipada dois outros requisitos, a serem observados de maneira alternativa: o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.

Na presente lide encontram-se presentes os requisitos supracitados.

Os elementos dos autos demonstraram de forma inequívoca que o reclamante sofreu acidente do trabalho, provocado pela negligência da ré, e encontra-se totalmente incapacitado para exercer as funções desempenhadas antes do infortúnio necessitando do custeio do seu tratamento médico para estabilização das sequelas, o que satisfaz a exigência da verossimilhança da alegação.

O *periculum in mora* é representado. pela necessidade do autor receber da reclamada um valor capaz de custear suas despesas com o. tratamento. médico sob pena de colocar a sua própria vida em risco.

Vale salientar que a tutela antecipada apresenta caráter de provisoriedade. Embora possua efeito satisfativo momentâneo, aceita revogação a qualquer tempo, desde que a defesa logre êxito em suas ponderações.

Quanto à impossibilidade de reversão do provimento, deve-se atentar para a ponderação de interesses, maximizando a vida em relação ao direito patrimonial da reclamada.

No laudo médico das fls. 868-872 o perito esclareceu que o reclamante vem se submetendo a "*tratamento medicamentoso com venotônicos e antibióticos, tratamento fisioterápico (drenagem linfática e fisioterapia*



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

motora); em função do qual obteve melhora da drenagem linfática e venosa com diminuição do edema e do risco de infecção e formação de úlcera.

Assentou, ainda, que **o tratamento deve ser continuado pelo resto da vida para a estabilização da doença, de modo a evitar complicações que o exponham a risco de morte. Como o reclamante demonstrou não possuir meios próprios de manter seu tratamento médico sem o custeio prévio das despesas pela reclamada, mantenho a antecipação da tutela.**

Todavia, consoante se infere da fundamentação do tópico 2.2.2 acima, muitas despesas foram comprovadas por meio de documentos duvidosos. Por conseguinte, **mantenho, por ora, a antecipação, pela reclamada, da parcela mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a ser paga no primeiro dia útil de cada mês, mas determino ao autor a comprovação das despesas, seguindo os parâmetros descritos no referido tópico, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente aos gastos. Após três períodos mensais de despesas comprovadas, será apurada a respectiva média que passará, a partir de então, a ser o valor antecipado pela ré, no primeiro dia útil de cada mês, independentemente da comprovação de despesas.**

Giza frisar que os comprovantes de despesas que não estiverem de acordo com os parâmetros ditados pelo tópico 2.2.2 *suso* serão glosados e desconsiderados da média trimestral.

Nada impede ao autor ou à ré que em caso de alteração da situação fática após a apuração dessa média solicite a modificação do valor antecipado.

Destarte, dou provimento parcial para manter a tutela antecipada, nos moldes *suso* definidos.” (Grifamos e destacamos)

Às fls. 2109/2110, a reclamada alega, em síntese, a necessidade de comprovação das despesas médicas para o fim de reembolsar o autor.

Aponta violação do artigo 884 do Código Civil e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

O e. TRT reformou parcialmente a sentença, manteve a antecipação pela empresa do valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

reais) e obrigou o autor a comprovar as despesas com tratamentos, segundo os parâmetros definidos pelo acórdão regional, até o 15º dia do mês subsequente aos gastos. Apurada a média após três períodos mensais de despesas comprovadas, determinou que a partir de então essa média seria o valor antecipado pela ré, no primeiro dia útil de cada mês, independentemente da comprovação de despesas.

O aresto à fl. 2110, oriundo do TRT da 1ª Região e publicado no DJE, traduz tese divergente no sentido de que cabe ao empregador o "ressarcimento ao empregado das despesas médicas, devidamente comprovadas".

CONHEÇO do recurso, por demonstrada divergência jurisprudencial.

1.8 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL E DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

O Tribunal Regional assim decidiu:

Os honorários advocatícios foram indeferidos pelo juízo de origem, frente a ausência de assistência sindical.

Insurge-se o autor, pretendendo a reforma do julgado, a fim de perceber honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com fulcro no princípio da sucumbência.

Assiste-lhe razão parcial.

Após maior reflexão...

Em que pese o entendimento do Egrégio TST, consubstanciado nas Súmulas 219 e 329... filio-me à corrente jurisprudencial que não considera a assistência judiciária um monopólio das entidades sindicais, ressaltando que os verbetes editados pelo Pretório Trabalhista não possuem efeito vinculante.

Ademais, a inaplicabilidade do princípio da sucumbência no Processo do Trabalho, no tocante às relações de emprego, no meu sentir, beneficia apenas o empregador que não cumpre a sua obrigação de pagar, em prejuízo



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

do empregado, que além de ter seus créditos inadimplidos na época própria, se vê obrigado a arcar com honorários advocatícios a advogado particular, por força do art. 22 da Lei n.º 8.906/94, tudo em detrimento da sua condição de hipossuficiente.

Com efeito, o empregado não pede ficar à mercê apenas das entidades sindicais, que nem sempre contam com um setor jurídico suficientemente estruturado, tampouco ser tolhido em sua liberdade de escolher o advogado que goza de sua confiança.

O fato de o sindicato representar a categoria profissional não significa que seu quadro de advogados seja imprescindível à defesa dos interesses de seus representados.

Destaca-se a título de prequestionamento que **no presente caso o autor está assistido por advogado particular (fl. 10) e não declarou sua miserabilidade jurídica.** (Grifamos e destacamos)

Às fls. 2094/2097, a empresa alega, em síntese, o não preenchimento cumulativo dos requisitos legais para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Aponta violação dos artigos 11, § 1º, da Lei 1060/50 e 14 e 16 da Lei 5574/70, contrariedade às Súmulas 219, 329, do TST e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

O e. TRT, mesmo assinalando que o empregado está assistido por advogado particular e não declarou sua miserabilidade jurídica, deferiu os honorários advocatícios pela mera sucumbência.

A decisão regional revela contrariedade à Súmula 219 desta Corte.

CONHEÇO do recurso de revista por contrariedade à Súmula 219 desta Corte.

2. MÉRITO



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

**2.1 - DESPESAS MÉDICAS. NECESSIDADE DE CUSTEIO PRÉVIO.
DETERMINAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE VALOR MENSAL PELA EMPRESA. NECESSIDADE
DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS PELO AUTOR**

Foi reconhecido que o tratamento médico do autor deve ser continuado pelo resto da vida para a estabilização da doença, de modo a evitar complicações que o exponham a risco de morte.

O reclamante demonstrou também não possuir meios próprios de manter tal tratamento sem o custeio prévio das respectivas despesas, que envolvem o tratamento médico, hospitalar, fisioterápico e medicamentoso.

O Tribunal Regional manteve a sentença que condenou a empresa a antecipar um valor mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para custear as despesas com tratamento do autor.

A Corte *a quo* determinou que o autor comprove as despesas (seguindo os parâmetros descritos pelo próprio TRT) até o 15º dia do mês subsequente aos gastos.

E fixou que, após três períodos mensais de despesas comprovadas, será apurada a respectiva média que passará, a partir de então, a ser o valor antecipado pela empresa, no primeiro dia útil de cada mês, independentemente da comprovação de despesas.

É certo que a situação do empregado no caso concreto exige a cautela da antecipação das despesas médicas, ante o risco de morte pela ausência do tratamento.

Entretanto tal direito não pode usurpar o da reclamada de ressarcir tais despesas no valor efetivo de sua correspondência com os gastos realizados pelo autor, em atenção à recomposição da sua situação material.

Não se olvida também, no caso concreto, o risco de morte; a incerteza quanto aos tratamentos necessários, que podem variar a cada momento; e o prejuízo à vida e à saúde pela demora no atendimento desse tratamento que a eventual falta de recursos financeiros possa causar ao autor.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Observados esses aspectos e sem prejuízo da tutela que já foi antecipada, deve a condenação ser mantida quanto à antecipação do valor mensal para tratamento médico, observado o seguinte:

- a.o valor inicial observará a média trimestral definida pelo TRT no primeiro parágrafo de fl. 1743-verso dos autos originais, e os parâmetros definidos às fls. 1741 verso/1742 dos autos originais (acórdão regional);
- b. a partir do semestre subsequente ao do semestre em que definida a média trimestral, a cada mês de junho e dezembro será apurada a média semestral que definirá o valor mensal a ser antecipado no semestre subsequente;
- c. o valor a ser antecipado deverá ser pago no primeiro dia útil de cada mês;
- d. mês a mês o autor fica obrigado a comprovar até o 15º dia do mês seguinte todos os gastos feitos com o tratamento médico no mês anterior;
- e. nos meses subsequentes aos da comprovação, fica a empresa: I) autorizada a compensar os valores quando os gastos forem menores que a média apurada. Nesse caso a antecipação não poderá ser inferior a 80% dessa média; e II) obrigada a complementar os valores quando comprovado que os gastos foram maiores que a antecipação realizada. Nesse caso, a antecipação não poderá ser inferior aos gastos comprovados; e
- f. comprovada a necessidade e a imediatidade em razão do tratamento, o autor poderá, sem a observância dos critérios temporais e quantificadores acima definidos, exigir que a antecipação observe os valores que atendam essa peculiaridade.



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso da empresa para manter a condenação quanto à antecipação do valor mensal, observados os seguintes critérios: o valor inicial observará a média trimestral definida pelo TRT no primeiro parágrafo de fl. 1743-verso dos autos originais, e os parâmetros definidos às fls. 1741 verso/1742 dos autos originais (acórdão regional); a partir do semestre subsequente ao do semestre em que definida a média trimestral, a cada mês de junho e dezembro será apurada a média semestral que definirá o valor mensal a ser antecipado no semestre subsequente; o valor a ser antecipado deverá ser pago no primeiro dia útil de cada mês; mês a mês o autor fica obrigado a comprovar até o 15º dia todos os gastos feitos com o tratamento médico no mês anterior; nos meses subsequentes aos da comprovação, fica a empresa: I) autorizada a compensar os valores quando os gastos forem menores que a média apurada. Neste caso a antecipação não poderá ser inferior a 80% dessa média, e II) obrigada a complementar os valores quando comprovado que os gastos foram maiores que a antecipação realizada. Nesse caso, a antecipação não poderá ser inferior aos gastos comprovados; e comprovada a necessidade e a imediatidade em razão do tratamento, o autor poderá exigir que a antecipação observe os valores que atendam essa peculiaridade, sem a observância dos critérios temporais e quantificadores acima definidos.

2.2 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL E DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

A Súmula 219, item I, do TST, que incorporou a Orientação Jurisprudencial nº 305 da SBDI-1, proclama:

Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

Logo, não estando satisfeitos esses dois requisitos, não há como manter a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso de revista para excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: **I)** conhecer do recurso de revista apenas quanto à comprovação das despesas para tratamento médico, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para manter a condenação quanto à antecipação do valor mensal, observados os seguintes critérios: o valor inicial observará a média trimestral definida pelo TRT no primeiro parágrafo de fl. 1743-verso dos autos originais, e os parâmetros definidos às fls. 1741 verso/1742 dos autos originais (acórdão regional); a partir do semestre subsequente ao do semestre em foi definida a média trimestral, a cada mês de junho e dezembro será apurada a média semestral que definirá o valor mensal a ser antecipado no semestre subsequente; o valor a ser antecipado deverá ser pago no primeiro dia útil de cada mês; mês a mês o autor fica obrigado a comprovar até o 15º dia todos os gastos feitos com o tratamento médico no mês anterior; nos meses subsequentes aos da comprovação, fica a empresa: a) autorizada a compensar os valores quando os gastos forem menores que a média apurada. Nesse caso a antecipação não poderá ser inferior a 80% dessa média; b) obrigada a complementar os valores quando comprovado que os gastos foram maiores que a antecipação realizada. Nesse caso, a antecipação não poderá ser inferior aos gastos comprovados; e comprovadas a necessidade e a imediatidade em razão do tratamento, o autor poderá exigir que a antecipação observe os valores que atendam essa peculiaridade, sem a observância dos critérios temporais e quantificadores acima definidos. **II)** e quanto aos honorários



PROCESSO Nº TST-RR-10600-79.2006.5.17.0161

advocatícios, por contrariedade à Súmula 219, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir essa parcela da condenação.

Brasília, 16 de Março de 2016.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE AGRA BELMONTE

Ministro Relator

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1001202ED5AAED82C.